

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO**

**AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE ALFABETIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
DE  
JOVENS E ADULTOS**

Jacqueline Luzzi

CURITIBA  
2003

**JACQUELINE LUZZI**

**AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE ALFABETIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
DE  
JOVENS E ADULTOS**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Organização do Trabalho Pedagógico, Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Prof<sup>a</sup> Carmen Sá Brito Sigwalt.

CURITIBA

2003

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus amados filhos Roland Neto e Rodrigo, preciosidades da minha vida.

À minha querida mãe, pelo carinho, zelo e apoio por todos estes anos.

Ao meu pai, já falecido, mas sempre presente entre nós.

À minha tia Zulmira, pelo carinho e apoio por todos estes anos.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me concedido o direito à vida.

Ao Denis, companheiro em todos os momentos , constante incentivador.

Aos meus familiares, pelo apoio e carinho.

À Profª Carmen Sá Brito Sigwalt, pela excelente educadora que é.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>01</b>
<b>CAPÍTULO I - A História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil</b>	<b>03</b>
<b>CAPÍTULO II – A Formatação e Concepção de Educação de Jovens e Adultos dos Professores Atuantes</b>	<b>27</b>
<b>CAPÍTULO III – Construtivismo: Possibilidades e Limites</b>	<b>41</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>48</b>
<b>ANEXO</b>	<b>50</b>

## INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta uma reflexão sobre o desafio de implementar uma proposta de alfabetização de adolescentes e adultos, através de um estudo bibliográfico e pesquisa de campo. Será realizada uma análise da proposta construtivista em ação, numa tentativa de compreender os conceitos e métodos, que caracterizam a EJA hoje.

A finalidade da educação de adultos não se limita à comunicação do saber formal, mas vai além do simplesmente aprender a ler, escrever e fazer algumas “contas”, ela se encontra inserida em um processo mais abrangente de educação, que coloca como necessidade a superação da forma mecânica de leitura e de escrita, com a finalidade de capacitar o educando através do desenvolvimento de uma consciência crítica de si e da realidade onde está inserido.

Sabe-se que as condições da prática educacional não são independentes do contexto sócio-histórico e que a escrita, como possibilidade de comunicação, influi sobre a capacidade dos indivíduos de refletir sobre a própria linguagem.

Com esse trabalho, procura-se entender que a EJA amplia-se ao integrar processos educativos em múltiplas dimensões: a do conhecimento, das práticas sociais, do trabalho, do confronto de problemas coletivos e da construção da cidadania.

Esta educação permite a compreensão da vida moderna em seus diferentes aspectos e o posicionamento crítico do indivíduo face à sua realidade, como também acesso às diversas formas do conhecimento.

Assim, este trabalho se justifica pela necessidade crescente dos educadores, assumirem a tarefa de buscar um ensino mais eficiente e condizente com os fins educativos; orientando os educandos para o exercício da cidadania de uma forma crítica e participativa, oportunizando condições de resolução às questões que a sociedade lhe coloca, em busca de uma melhor qualidade de vida.

A estrutura básica deste trabalho monográfico é composta de três momentos distintos. Na primeira parte denominada A História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, realizei uma pesquisa bibliográfica sobre esta educação em nosso país ao longo de sua história e procurei destacar as linhas de ação básicas no sentido de propostas e sugestões de encaminhamento para a efetiva implantação deste nível de ensino na realidade brasileira. Num segundo momento busquei melhor conhecer as diferentes perspectivas teórico-práticas do professor de EJA, bem como sua formação e experiência. A pesquisa realizada junto aos docentes encaminhou a necessidade de se tecer considerações sobre o Construtivismo destacando seus limites e possibilidades neste momento histórico.

## CAPÍTULO I

### A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

O modelo socialitário vigente é de uma sociedade democrática, cada vez mais competitiva e tecnologicamente mais avançada, exigindo a participação ativa da escola, na transformação e na elevação cultural, social, educacional e econômica do país.

Brasil, nascido colônia de Portugal, país considerado atrasado para os padrões da época, século XVI, dependências e retrocesso registrados pela nossa história e cultura. Nesse período nossa sociedade era dependente, servil, escravocrata e patriarcal, originada dos índios, negros, colonos, portugueses e padres jesuítas.

A intenção de Portugal era extrair o máximo de lucro da colônia. Segundo RIBEIRO: "o objetivo dos colonizadores era o lucro e a função da população colonial era propiciar tais lucros às camadas dominantes metropolitanas". (1986, p. 25).

Os jesuítas foram os primeiros educadores; catequizaram índios, instruíram os colonos, fundaram os primeiros colégios e foram responsáveis pela formação da elite brasileira.

A educação brasileira inicia-se de maneira arcaica, retrógrada e com modelos importados, descontextualizados da nossa realidade, demonstrando o descaso com a formação das classes populares.

No Brasil-Imperial (1808-1889) com as invasões de Napoleão, a Corte Real Portuguesa foge para o Brasil.

Com esse fato alguns avanços são alcançados, não em benefício do povo brasileiro, mas para melhor acomodação da realeza como: a abertura dos portos; a “declaração da Independência” e o fim do tráfico negreiro.

A partir daí o país reorganiza-se administrativamente, a zona urbana se desenvolve rapidamente, a economia é fortalecida pelas lavouras: açucareira e cafeeira.

Em 1810 foi fundada pelo governo a primeira faculdade brasileira, a Academia Real Militar. Os cursos superiores foram criados visto a necessidade de formação e especialização de um pessoal capaz de realizar o atendimento ao serviço público, de caráter prático, sem que houvesse progresso em relação à educação popular.

Como o governo dava mostras de não dispor de recursos financeiros para aplicar à educação, institui-se o ensino mútuo ou “lancasteriano”, onde cada grupo de alunos tinha um menos ignorante que dirigia os outros, esse método dispensava o professor e uma escola podia abrigar quinhentos alunos com um único mestre.

Nesse período iniciam-se projetos desestabilizadores provocando questionamentos e algumas revoltas internas , a partir do contato com novos povos (europeus e americanos) e das novas idéias (o liberalismo e positivismo).

Conseqüentemente, a escola começa a ser vista como um meio eficaz de proliferação e inculcação do modelo social em construção.

“... as medidas especialmente relacionadas à escola acabavam por depender marcadamente como que da boa bondade das pessoas ... pertencentes à camada privilegiada, sem razões fundamentais para interessar-se pela transformação da estrutura social, geral e educacional”. (RIBEIRO, 1986, p. 56).

O Brasil-República (1889 aos dias de hoje), surge em função do descontentamento de políticos e da repercussão dos ideais liberais.

Os republicanos pregavam a desmarginalização dos oprimidos e juntos com os militares transformam o Brasil-Império em República.

A herança a República recebe um “fervor ideológico”, onde as idéias de democracia, federação e educação aparecem como soluções indispensáveis.

Em 1890, o contingente de analfabetos brasileiros rodava em torno de 85%, o que assustava aos intelectuais, afinal a marginalização dos setores populares comprometiam estabelecimento de uma democracia.

Os propalados ideais de alfabetização e de educação surgiam em público sempre atrelados a política, fazendo-a necessário alfabetizar, educar o homem para que ele pudesse votar participando da Construção da República.

A questão educacional popular, ou outro qualquer tema que apontasse a modernização da sociedade não interessava às camadas dirigentes, onde os interesses agrários, setoriais, coronelísticos prevalecia, não havendo espaço para temas educacionais e pedagógicos foram

abafados e estrangulados pelas oligarquias que pretendiam refrear a industrialização.

A classe hegemônica dos latifundiários cafeicultores é forçada a dividir o poder com a nova classe que emerge, a burguesia urbano-industrial.

O operariado, novo componente social, formado pelos imigrantes e brasileiros menos favorecidos pela sorte e escolarização, surge com a industrialização.

Os movimentos anarquistas, comunistas e socialistas emergem bradando por igualdade, justiça e escola para todos; fazendo surgir assim as primeiras greves, novos partidos políticos e os choques de interesse.

Com a Revolução de 1930 assume o poder Getúlio Vargas com promessas audaciosas para os educadores e trabalhadores. Uma das conseqüências dessa revolução é a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, para realizar profundas mudanças na educação e estruturar a universidade fundindo assim, uma série de instituições isoladas de ensino superior.

Em 1932 através do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, a educação foi discutida por educadores profissionais, fazendo surgir um movimento marcante em defesa da escola pública e desprezo às escolas particulares, que pretendiam partilhar da distribuição de verbas do governo federal.

Com a Constituição de 1934 fica estabelecido a necessidade da elaboração de um Plano Nacional da Educação, é implantado a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, tornando-se facultativo o ensino religioso.

Em 1937 através da Constituição é introduzido o ensino profissionalizante, antes previsto para as classes “menos privilegiadas”.

Progressivamente o Estado transforma o sistema educacional num aparelho eficaz da manipulação das classes subalternas.

De 1942 a 1946 foram decretadas as Leis Orgânicas do Ensino, pelo então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, através dos seguintes Decretos Leis: SENAI, Industrial, Secundário, Comercial, Primário, Normal, SENAC e Agrícola.

Em 1948 a ONU inclui na “Declaração dos Direitos do Homem” o item: “Toda pessoa tem direito a Educação.

Com a Constituição de 1949 retorna o espírito à ideologia dos educadores do movimento renovador da educação, criando uma atmosfera literária. Em 1950 Getúlio Vargas retorna ao poder pelo voto direto.

Segundo JÚNIOR: “... a segunda presidência do Sr. Getúlio, resultante de eleições, se caracteriza por forte influência de interesses financeiros e industriais. É o reflexo, na política, da ascensão de grupos econômicos tornados poderosos em consequência do intenso processo de capitalização e concentração capitalista (...)” (RIBEIRO, 1986, PS. 1245-125).

A Reforma Capanema culminou em 1961, na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de Educação, com a Lei nº 4.024/61.

“...que tem por objetivo, no que diz respeito ao ensino normal, a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares, destinados ao ensino primário e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância. Essa lei propõe, já

em 1961, os princípios de autonomia da escola, descentralização e democracia, prescrevendo ensino ativo e consciente, ministrado segundo normas democráticas e de respeito integral aos direitos humanos e cristãos dos jovens que buscam a escola pública”. (Proposta Curricular do Curso de Magistério, Secretaria da Educação do Estado do Paraná, 1997; os.7-8).

Em 1961 eleito a Presidência da República Jânio Quadros, uma das maiores vitórias eleitorais do país, tenta uma política contraditória frente a um império com forte controle interno, renuncia alegando a pressão de “forças ocultas” as mesmas que haviam levado o presidente Getúlio Vargas ao suicídio.

Segundo FREIRE:

“Seu movimento começou em 1962 no Nordeste, a região mais pobre do Brasil – 1 milhões de analfabetos sobre 25 milhões de habitantes (...) resultados obtidos – 300 trabalhadores alfabetizados em 45 dias – impressionaram profundamente a opinião pública (...) O plano de ação de 1964 previa a instalação de 20.000 círculos de cultura, capazes de formar, no mesmo ano, por volta de 2 milhões de alunos”. (1980,os. 17-18)

Paulo Freire, conhecido não só nacionalmente, mas internacionalmente, devido as suas concepções de educação e ao seu método de alfabetização de adultos precursor da Pedagogia Libertadora, contrapunha-se a educação tradicional, acusada de oprimir o educando.

Segundo GHIRALDELLI, Paulo Freire, demonstrando que a luta educacional deveria ser pela conscientização dos trabalhadores frente aos problemas políticos, sociais e culturais, afirma que: “o homem tem vocação para ‘sujeito da história’, e não para objeto, mas que no caso brasileiro esta vocação não se explicitava, pois o povo teria sido vítima do autoritarismo do paternalismo correspondente à sociedade herdeira de uma tradição colonial e escravista”. (1992, p. 122).

O método de alfabetização de adultos de Paulo Freire, tinha como objetivo alfabetizar cinco milhões de brasileiros em 5 meses, mas por ser considerado subversivo demais para os padrões da época e com o golpe militar de 1964, foi extinto após três meses de sua criação, assim como muitos outros projetos importantes da educação brasileira.

O golpe militar de 1964 ocorreu devido a vários fatores, políticos, econômicos e sociais, causando o isolamento intelectual de muitos educadores brasileiros.

De junho de 1964 a janeiro de 1968 foram firmados doze acordos MEC-USAID, que atrelava a escola ao mercado de trabalho; pois a política educacional ficava à disposição das determinações dos técnicos americanos.

A ditadura militar era responsável pela manutenção e incrementação do modelo econômico facilitador da atuação do capital estrangeiro no país, era também conhecida como ditadura do capital em braço militar; e ajustava a ideologia ao modelo econômico do estado brasileiro.

Segundo palavras textuais dos generais presidentes da ditadura militar o sistema educacional “não deveria despertar aspirações que não pudessem ser satisfeitas”.

O MOBRAL, criado em 1967 se fazendo passar por Método de Paulo Freire, tem vida curta, pois sua especificação é absurda, afinal o método original do educador não poderia conviver com uma educação que não conscientizasse a partir da constatação e denúncia do modelo econômico concentrador de renda.

FREIRE:

“... preocupado com o problema do analfabetismo, dirigiu-se sempre às massas que se supunham ‘fora da história’; a serviço da liberdade, sempre dirigiu-se às massas mais oprimidas, confiando em sua liberdade, em seu poder de criação e de crítica. Os políticos, ao contrário, não se interessavam pelas massas, senão na possibilidade de estas serem manipuladas no jogo eleitoral”. (1980, p.21).

No Chile foram adotadas as idéias de alfabetização de adultos de Paulo Freire e em dois anos o programa Chileno chamou a atenção internacional recebendo da UNESCO uma distinção que apontava como uma das cinco nações que melhor superaram o problema do analfabetismo.

A partir do AI-1, o país entrou numa fase onde as palavras perderam completamente o seu real significado.

De todos os governos militares o mais autoritário foi o General Emilio G. Médici (1969-1974), com ele as liberdades individuais foram totalmente tolidas, aconteceram prisões, torturas, cassações e muitas injustiças.

Através do Decreto Lei 477/69 o governo passa a controlar a sociedade em todos os níveis, principalmente as escolas e universidades, que passam a ser severamente reprimidas a qualquer tentativa de crítica política.

Por ter instituído a política do “milagre brasileiro”, Médici ganhou a simpatia da classe média, porém esta política redundou em desigualdade social, inflação alta e dívida externa cada vez mais acentuada.

Em 1974, o General Ernesto Geisel assume o governo, com toda sua crise econômica. Geisel iniciou o processo de municipalização do

ensino, visando transferir para os municípios o ônus das redes de 1º grau. O ensino profissionalizante acaba desorganizando o ensino de 2º grau, colocando-o na mais completa desestruturação curricular.

O mérito de Geisel é o início do processo de abertura política e redemocratização do país.

Em 1979 são eleitos indiretamente um militar na presidência da república, João Batista Figueiredo e um civil na vice-presidência Aureliano Chaves; uma forma de candidatura mista.

Figueiredo promove a anistia geral de todos os exilados políticos, artistas e intelectuais brasileiros, que puderam voltar de seu exílio; com eles desembarcaram novas idéias e concepções.

Partidos políticos da esquerda puderam sair da clandestinidade, e em 1982 ocorreram as eleições diretas para governadores. O autoritarismo começa a se esvaziar lenta e gradualmente, a educação reorganiza-se com importantes avanços qualitativos, ressurgindo antigas lutas pela escola pública de qualidade e a democratização do ensino.

Em 1983 as “Diretas Já” não consegue a maioria no Congresso Nacional e num acerto Tancredo é eleito presidente e José Sarney seu vice, finalmente saem os militares e entram os civis.

Tancredo não consegue tomar posse, Sarney assume a presidência; adotou a política do “toma lá da cá”, adotou algumas medidas democráticas, porém manteve a Lei de Segurança Nacional e de Imprensa, e reservou direito de baixar decretos, implementou os planos econômicos cruzado I e II, promoveu as eleições municipais e ainda instituiu várias comissões responsáveis pela elaboração da nova Constituição brasileira promulgada em 1988.

Para GHIRALDELLI:

“O amadurecimento de boa parcela dos educadores de esquerda, durante os vinte anos de regime militar, colaborou para a reorganização de um pensamento pedagógico, inspirado numa concepção democrática e socialista de mundo, em contraposição às antipedagogias dos anos 60 e 70. Essa organização de uma teoria educacional progressista tem-se denominado Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos ou, ainda, Pedagogia Histórico-Crítica”. (1991, p. 40).

Surgem as propostas de Emília Ferreiro e sócio-interacionistas de Vygotsky, ganhando a simpatia dos governistas e educadores.

Em 1989 inicia uma campanha eleitoral que alvo de denúncias de corrupção, greves, impunidades, inflação desenfreada, o assassinato de sem terras. Em 1990 o alagoano Fernando Collor de Mello, toma posse a Presidência da República do Brasil e confisca bens públicos e privados, promove a abertura do mercado, instaura o neoliberalismo econômico, ao reduzir as alíquotas de importação e liberar os preços.

Após muitas denúncias de corrupções, subornos, crimes “do colarinho branco”, seu governo abreviou-se pelo impeachment, obrigando-a afastar-se do poder.

O governo Collor se caracterizou pelo lançamento de projetos de impacto buscando manter sua presença na mídia eletrônica e na imprensa.

Assume seu vice Itamar Franco, de 1992 a 1994, fazendo um governo devagar, sem sobressaltos. Nas questões educacionais uma nova perspectiva começa surgir como os projetos de qualidade total na escola, justificando o avanço neoliberal.

Em 1994 Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, assume o destino do país, reascendendo as esperanças dos educadores, que ansiavam por novos rumos para a Educação Brasileira.

Em dezembro de 1996 a nova LDB foi votada na Câmara Federal com um placar de 394 votos a favor, 73 votos contra e 4 abstenções. Trata de medidas como Fundo de Valorização do Magistério, os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Lei de Reforma do Ensino Profissional Técnico, as medidas relativas à autonomia universitária, além de outras, como os mecanismos de avaliação escolar, mediante provas aplicadas aos alunos de ensino fundamental e médio, e o “provão” para os universitários.

A nova LDB coloca a educação como um dever da família primeiramente e depois como dever do Estado.

Não se pode considerar esse resultado como processo de construção de política educacional do presidente, mas matriz conceitual das diretrizes do banco Mundial.

Para DEMO, “a nova LDB confirma: nosso maior atraso histórico não está na economia, reconhecida como já importante no mundo, mas na educação. Ou resolvemos isso, ou ficaremos para trás. O resgate do professor básico é a premissa primeira”. (1997, p. 95).

Várias são as interpretações da LDB, indo desde um otimismo exacerbado até um ceticismo indignado, podemos observar é que houve avanços, retrocessos, omissões e contradições.

Portanto, o modelo educacional abortado na década de 60 e 70, época da ditadura militar e da organização da legislatura que regulamentava o ensino no país (Lei 5.540/68 e 5.692/71), permaneceram em vigor até os dias de hoje.

Sendo assim, se faz necessária as considerações quanto a:

**a) A realidade da demanda por educação de jovens e adultos:**

A realidade da demanda potencial por EJA é tão grave que ultrapassa o próprio ensino regular. Portanto, repete-se neste tipo de educação, a seletividade e exclusão características desta modalidade de ensino.

Toda esta demanda potencial nem sempre se efetiva com base nas condições sócio-econômicas atuais do país.

A procura por escolarização varia muito entre zonas rurais e urbanas, as regiões geográficas, as faixas etárias e o sexo, sendo afetada, também, pela estrutura setorial do emprego e a competitividade do mercado de trabalho local.

A oferta terá de ser resolvida dentro do quadro educacional que gera. Impossível se pensar em erradicação do analfabetismo e elevação do nível de escolarização da população, se o sistema educacional, como um todo orgânico, não responder com qualidade sua tarefa independente de idade.

Os horizontes que devem nortear o tratamento desta demanda são os da construção da cidadania e, também, a rápida internacionalização da economia a nível mundial, a necessidade de se ter competitividade em todos os setores econômicos e a conseqüente qualificação da mão-de-obra para possibilitar este saldo qualitativo.

**Linhas de ação:**

. ampliar a oferta de educação básica para jovens e adultos excluídos do sistema regular de ensino, e mantê-la enquanto não tiver sido assegurada a todos a efetiva oportunidade de acesso e progressão com sucesso à escola fundamental na idade própria;

. propor à escola redimensionar o seu atendimento a jovens e adultos, encontrando modos que, sem renunciar à sua função precípua de preservação, transmissão e produção do conhecimento, possam efetivamente ir ao encontro dos limites impostos pelas condições concretas de vida da população trabalhadora.

#### **b) Especificidade da educação de jovens e adultos:**

Para definir a especificidade de EJA, a escola não pode esquecer que o jovem e adulto analfabeto é fundamentalmente um trabalhador, às vezes em condição de subemprego ou mesmo desemprego e que está submetido a circunstâncias de mobilidade no serviço, alternância de turnos de trabalho, cansaço, etc.

Deve-se levar em conta a diversidade destes grupos sociais: perfil sócio-econômico, étnico, de gênero, de localização espacial e de participação sócio-econômica. Sendo assim, requer pluralismo, tolerância e solidariedade na sua promoção, na oportunidade de espaços e na alocação de recursos.

Esta população chega à escola com um saber próprio, elaborado a partir de suas relações sociais e dos seus mecanismos de sobrevivência.

O contexto cultural do aluno trabalhador deve ser a ponte entre o seu saber e o que a escola pode proporcionar, evitando, assim, o desinteresse, os conflitos e a expectativa de fracasso que acabam proporcionando um alto índice de evasão.

A EJA não deve ser uma reposição da escolaridade perdida, como normalmente se configuram os cursos acelerados nos moldes do que tem sido o ensino supletivo. Deve, sim, construir uma identidade própria, sem concessões à qualidade de ensino e propiciando uma terminalidade e acesso a certificados equivalentes ao ensino regular.

### **Linhas de ação:**

. Adotar modelos de atendimento em EJA que convirjam para as diferentes necessidades e situações concretas de vida da população, respeitando suas características de aluno trabalhador;

considerar na EJA, as características psicossociais próprias do jovem e adulto que nunca foi à escola ou que volta aos bancos escolares e a diversidade de situações que eles estão submetidos, além das habilidades e conhecimentos comuns aos diversos sistemas que dão base à construção de uma identidade nacional;

. promover maior flexibilidade na metodologia, na organização curricular e na duração dos programas de atendimento educacional, tendo em vista as características culturais, sociais e econômicas dos grupos atendido;

avaliar contínua e sistematicamente a educação de jovens e adultos dadas as suas características de flexibilidade e diversidade;

. apoiar propostas feitas pelos movimentos sociais e/ou instituições da sociedade civil para a satisfação das necessidades educacionais com vistas a resolver problemas específicos.

### **c) Gestão Democrática:**

A escola pública é também um espaço de gestão democrática e, por isso, deve estabelecer mecanismos de participação do povo organizado na definição e controle da política educacional.

Desse modo, as propostas educativas dirigidas aos jovens e adultos deverão contar com processos que descentralizem, impulsionem e organizem, de forma democrática, a gestão das ações pedagógicas, administrativas e político-sociais, garantindo a participação da população

interessada no planejamento, execução e avaliação dos serviços educativos a ela destinados.

Compartilhando a escola, da responsabilidade para com a EJA, terá ela de abrir-se à comunidade, aceitando a intervenção desta como uma possibilidade de renovação e elevação da qualidade dos serviços educativos que presta, bem como terá de articular-se com programas desenvolvidos pelas entidades organizadas da sociedade civil, os projetos populares, os clubes de serviços e outros, para o intercâmbio de experiências e avanço mútuo.

A democratização da gestão deve permitir , ainda, uma maior visibilidade e fiscalização dos recursos públicos empregados na educação básica de jovens e adultos.

#### **Linhas de ação;**

- . assegurar eficaz transparência e controle social dos mecanismos de financiamento, da operacionalização, dos resultados das políticas adotadas e dos programas realizados;
- . criar espaços públicos e canais à contínua participação da sociedade civil organizada, viabilizando a democratização da formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de educação de jovens e adultos;
- . incentivar a participação de associações, conselhos, sindicatos, igrejas, comissões de educação, comunidade escolar, projetos populares e clubes de serviço, entre outros, na execução da política de educação de adultos nos municípios;
- . promover as propostas de abertura da escola à comunidade, estimulando a intervenção ativa desta para elevação da qualidade educacional;

. articular os programas de educação de adultos da rede pública com as experiências de educação de adultos que fluem no interior dos movimentos populares.

**d) Financiamento da educação de jovens e adultos:**

Os recursos destinados à educação básica de jovens e adultos tiveram, durante muitos anos, um caráter de excepcionalidade, originários de incentivos da receita federal, pela indicação voluntária de porcentagem do imposto de renda das pessoas jurídicas e para a formação profissional nas empresas.

Nota-se, mais recentemente, uma ausência de critérios públicos de alocação de recursos financeiros e um claro processo de redução dos seus montantes.

**Linha de ação:**

. ampliar substancialmente os recursos financeiros destinados à educação de jovens e adultos nas diversas esferas de Governo, de modo a criar condições para superar os enormes desafios colocados para atender às necessidades educacionais destes segmentos etários;

. assegurar que os percentuais mínimos de dotação orçamentária da receita tributária da União, Estados e Municípios a serem obrigatoriamente aplicados na educação básica incluam o atendimento a jovens e adultos;

. respeitar os critérios de prioridade de alocação de recursos definidos participativamente em cada nível de governo, e propiciar mecanismos de controle que garantam a transparência da distribuição e aplicação destes recursos;

. tomar transparentes e democratizar a gestão dos fundos formados por contribuições das empresas e direcionados ao ensino básico e profissional;

. alocar recursos nos três níveis governamentais para a formação e aperfeiçoamento de profissionais que atuam na EJA.

**e) Educação de jovens e adultos e trabalho:**

A EJA das camadas populares tem de, necessariamente, assumir como princípio ordenador, o mundo do trabalho. Nele, há que se considerar duas vertentes: a do questionamento das relações que engendram a sociedade e a da instrumentalização para exercer a atividade laboral. Tanto quanto possível, a educação básica de jovens e adultos deverá correlacionar essas duas vertentes a tempo em que se desenvolve o domínio de um conhecimento crítico para questionar a realidade e transformá-la.

**Linhas de ação:**

. promover a negociação ampla com setores públicos e privados para possibilitar a presença do trabalho no processo educativo e vice-versa;

. estimular a articulação entre os responsáveis pelas políticas de emprego e os órgãos educacionais;

. estabelecer uma política de incentivo para as empresas engajarem-se no esforço de alfabetização de seus funcionários;

. fomentar o desenvolvimento da educação básica de jovens e adultos nas empresas públicas e privadas durante a jornada de trabalho, sob a orientação do sistema de ensino, garantindo a continuidade dos estudos;

. estimular os empregadores a liberarem os funcionários de parte da jornada de trabalho para cursos de formação;

articular com as escolas técnicas e agências de formação profissionalizante cursos de curta duração, para iniciação profissional de alunos .

**f) Formação e condições de trabalho dos educadores de jovens e adultos:**

Os professores que trabalham na EJA, em sua quase totalidade, não estão preparados para o campo específico de sua atuação. Em geral, são professores leigos ou pertencentes ao próprio corpo docente do ensino regular. Note-se que, na formação de professores, em nível médio e superior, não se tem observado preocupação com o campo específico da educação de jovens e adultos. Deve-se também considerar as precárias condições de profissionalização e de remuneração dos docentes.

São elementos fundamentais tanto a profissionalização quanto a formação adequada dos professores de jovens e adultos. Não se obterá ensino de qualidade sem um corpo docente qualitativamente preparado para o exercício de suas funções e, muito menos, com precária situação no que respeita à remuneração e condições de trabalho.

Constata-se que a EJA não tem recebido atenção adequada, o que se reflete nos processos de formação de educadores, na falta de uma carreira específica, de políticas salariais e jornada de trabalho.

**Linhas de ação:**

. incentivar as faculdades de pedagogia e cursos de pós-graduação a contemplarem a EJA em suas propostas curriculares;

. recuperar a seriedade e a consistência dos cursos de formação de magistério, oferecendo-se uma base sólida comum a todo professor que queira atuar no ensino fundamental para crianças, jovens e adultos, base essa que incluirá, necessariamente, a teoria e a prática da alfabetização;

- . incentivar a adoção de estágio obrigatório de um período letivo em classes de EJA, como estratégia de formação de recursos humanos e de apoio ao professor alfabetizador no trabalho;
- . estimular a profissionalização do educador de adultos pelo sistema público de ensino inserindo-o na carreira do magistério, através de mecanismos de recrutamento e contratação semelhantes aos da educação infantil;
- . incentivar o Estado a proceder à formação dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento da educação pública requerida pela sociedade, incluindo nessa perspectiva a formação de professores que estejam aptos em educação de adultos para atender com qualidade a demanda de educação básica dessa população;
- . estabelecer na perspectiva de carreira única, condições de isonomia de trabalho e salário dos profissionais da educação, de acordo com a habilitação;
- . implantar cursos de extensão e especialização em educação de adultos para profissionais de EJA em exercício;
- . viabilizar processos de capacitação permanente dos profissionais de educação de adultos por meio de programas de formação e aperfeiçoamento do magistério que envolvem do ensino à distância até o treinamento em serviço;
- . buscar apoio das universidades, faculdades de educação e escolas normais no desenvolvimento de programas de aperfeiçoamento de professores e habilitação para leigos;

fazer dos Centros de Estudos Supletivos e outros equipamentos equivalentes, locais de atendimento não só a alunos, mas, também, aos professores de jovens e adultos;

. propiciar momentos de encontro de educadores de jovens e adultos;

. recomendar que o professor que atua em programas de organizações não governamentais financiados pelos organismos do governo tenha direito à remuneração, além de capacitação e apoio técnico.

**g) Qualidade, currículo e metodologia:**

As experiências inovadoras que almejam uma nova qualidade em educação básica de jovens e adultos, orienta-se na perspectiva epistemológica que toma o jovem e o adulto como construtores de conhecimentos, interagindo com a natureza e o mundo social, tendo como ponto fundamental o respeito à cultura dos sujeitos.

No entanto, a maioria das iniciativas no campo da EJA não tem configurado um atendimento qualitativo satisfatório. A falta de uma política clara tem provocado a implantação destes serviços de maneira precária e pedagogicamente inconsistente. As práticas pedagógicas não se conformam ao específico da educação de jovens e adultos, reproduzindo, muitas vezes o ensino regular de maneira inadequada e facilitadora.

**Linhas de ação:**

. apoiar experiências curriculares voltadas à consecução de uma nova qualidade e que tome o jovem e o adulto como construtores de conhecimentos;

. resgatar a cultura popular como elemento fundamental no processo de elaboração do saber;

. definir participativamente parâmetros de qualidade para a EJA, garantindo as condições para sua exequibilidade;

. estimular o trabalho de integração entre a prática e a teoria no processo de alfabetização de jovens e adultos;

. estimular e facilitar o domínio e os recursos dos avanços tecnológicos nas comunicações, teleprocessamento e informática aos setores que atuam no campo de educação como um todo, evitando sua apropriação apenas por grupos privilegiados.

#### **h) Materiais didáticos:**

A produção, a disseminação e a avaliação de material didático próprio à educação de jovens é insuficiente, dificultando as ações dos diversos setores envolvidos.

#### **Linhas de ação:**

. beneficiar os jovens e adultos atendidos em educação fundamental com programas suplementares previstos constitucionalmente: material didático, escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

. estimular a produção e circulação de material de leitura para jovens e adultos;

. buscar apoio das universidades, faculdades de educação e escolas normais na produção de material didático e material para o neo-leitor jovem e adulto;

. criar uma política de incentivos para a produção de textos para leitura de alfabetizandos e recém alfabetizados envolvendo estímulos, entre editoras e escritores, equipamentos de reprodução, materiais de impressão, etc.;

. ampliar, por meios impressos e multimeios, a elaboração, produção, distribuição e avaliação de materiais didáticos próprios à EJA, em especial aqueles destinados às etapas de pós-alfabetização , e aos conteúdos relacionados aos problemas sociais coletivos em seu contexto estrutural (drogas, sexualidade, proteção à infância, aids, violência, educação do consumidor, orientação profissional, entre outros).

**i) Avaliação de programas, documentação e pesquisa:**

O diagnóstico e o planejamento das ações da educação de jovens e adultos têm sido prejudicado pela escassez e inconsistência das estatísticas oficiais. Por outro lado, há necessidade de se ter um corpo sistemático de conhecimentos na área da EJA para subsidiar a prática pedagógica.

São escassos os centros de documentação que resgatem as experiências e pesquisas, passadas e atuais, em nível governamental e não governamental e que possam vir a apoiar as novas ações e estudos que estão sendo propostos.

**Linhas de ação**

. acompanhar, avaliar e divulgar resultados de ações e experiências pedagógicas de educação básica de jovens e adultos;

. incentivar a pesquisa, a documentação e circulação de informações no campo da EJA, bem como o apoio às várias instituições públicas e da sociedade civil que desenvolvem práticas consistentes neste campo da educação;

. definir e implementar um sistema dinâmico de informação estatística e documental para a EJA;

. atribuir a órgão nacional:

- a) a coordenação de dados básicos, documentação, informação e divulgação e o incentivo a estudos e pesquisas na área da EJA;
- b) a difusão de propostas pedagógicas para a EJA;
- c) o estímulo à produção e desenvolvimento de redes de material didático;
- d) o estabelecimento de parcerias visando a oferta de programas de capacidade de educadores de adultos;

. buscar o apoio das Universidades para o desenvolvimento de pesquisas, avaliação, bem como produção de conhecimento na área;

. incentivar a implementação de redes que disseminem amplamente as experiências em curso, os resultados de avaliações, a memória dos movimentos, os avanços da pesquisa e da construção de novos métodos, técnicas e formas de organização de EJA;

. divulgar periodicamente, inventários críticos dos estudos e pesquisas e da produção de planos, métodos, livros e materiais de ensino destinados à educação de jovens e adultos, disseminando amplamente seus resultados e recomendações;

. ampliar e aperfeiçoar os mecanismos de cooperação e intercâmbio entre governos internacionais, alargando o acesso dos programas de educação de jovens e adultos às oportunidades de captação, transferências e parcerias em pesquisa e desenvolvimento e experimentos de educação de jovens e adultos.

#### **j) Educação de jovens e adultos e meios de comunicação:**

Os meios de comunicação, pelo seu potencial de mobilização, de divulgação e de apoio, e por alcançarem todo o território nacional, devem ser aliados da mais alta relevância para o pleno êxito das ações de educação de jovens e adultos.

A televisão, em particular, por ter alcançado elevado padrão de qualidade e extensa penetração junto à sociedade, tem forte impacto na conformação da cultura, devendo assim, ser mobilizada a contribuir mais diretamente com a EJA.

**Linhas de ação:**

- . incentivar os meios de comunicação social a desenvolver campanhas permanentes, visando à valorização, construção e aquisição do saber, como forma de melhoria da qualidade de vida;
  
- . utilizar os meios de comunicação para formação e atualização dos educadores de jovens e adultos;
  
- . utilizar os meios de comunicação de massa para mobilização de analfabetos e alfabetizadores;
  
- . incentivar as redes educativas e comerciais de rádio e televisão a desenvolver sistemas de produção, emissão e recepção organizada de programas educativos destinados à população jovem e adulta.

Após estudo bibliográfico da História da EJA , e traçada as linhas de ação para aperfeiçoar os encaminhamentos , se fez necessário formular questões para conhecer o perfil dos educadores de EJA, como também as necessidades e dificuldades dos educadores frente a seus alunos.

## **CAPÍTULO II**

### **A FORMAÇÃO E CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DOS PROFESSORES ATUANTES**

Procurando traçar um perfil dos docentes que atuam junto a Educação de Jovens e Adultos no processo de aquisição da língua escrita, julguei necessário aplicar um instrumento de pesquisa junto a um grupo destes professores procurando destacar aspectos de sua formação e concepção de educação, de ensino e de aprendizagem.

Neste sentido elaborei um instrumento de pesquisa (anexo 1) que foi aplicado junto a um grupo de 21 professores que realizam o trabalho de alfabetização com alunos jovens e adultos na cidade de Curitiba no Estado do Paraná.

O instrumento de pesquisa levantou dados sobre a formação docente dos professores pesquisados, a experiência do professor nos diferentes níveis de ensino incluindo a EJA, os cursos de aperfeiçoamento realizados, o que levou a atuar na EJA e as dificuldades encontradas.

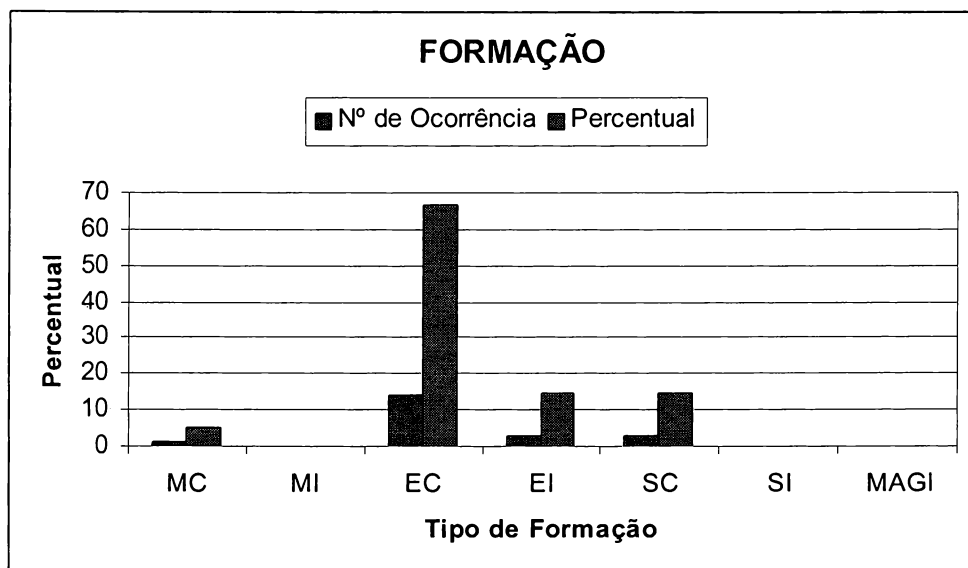
A pesquisa junto aos docentes objetivou também perceber a orientação que recebem das equipes pedagógicas das instituições onde atuam e as concepções do professor de EJA sobre a relação teoria e prática destacando a concepção de conhecimento, como se dá o processo de

aprendizagem, o entendimento da concepção de sujeito alfabetizado, como o professor encaminha a prática pedagógica em sala de aula, sua concepção de planejamento, registro de atividades de classe e perspectiva de avaliação.

Sem ter a pretensão de generalizar os dados levantados como sendo este o perfil de todos os professores de EJA, considero que esta pesquisa, ainda que restrita a um pequeno universo de profissionais da EJA, possibilita traçar considerações significativas sobre os docentes deste nível de ensino.

Conforme os dados coletados percebemos que quanto a formação os professores pesquisados revelaram possuir nível satisfatório de qualificação (curso superior e especialização). O gráfico abaixo melhor explicita a questão.

GRÁFICO 1: Formação.



Itens respondidos:

- Mestrado completo
- Mestrado incompleto
- Especialização completa
- Especialização incompleta
- Superior completo
- Superior incompleto
- Magistério

### **Análise dos itens respondidos:**

Verifica-se que a maioria dos docentes que participaram da pesquisa, possuem curso superior e especialização. Portanto, nota-se o interesse dos docentes em aperfeiçoar seus conhecimentos.

A média de tempo de formação dos docentes com formação Superior Completa é entre 06 ano a 26 anos até o ano de 2002, nas áreas: Humanas, Engenharia Química, Letras/Inglês.

A média de tempo de formação dos docentes com formação em Especialização Completa é entre 01 a 36 anos nas áreas de : Metodologia de Ensino Fundamental e Médio, Humanas, Educação Básica, Língua Portuguesa, Didática, Geografia (Meio Ambiente) e Ciências.

A média de tempo de formação dos docentes com Especialização Incompleta é entre 02 anos a 12 anos, nas áreas de matemática e Educação Física ( Gestão de Pessoas e Qualidade).

Temos apenas 01 professor com formação de mestrado completo há 01 ano em Matemática.

## **Análise das questões 02 a 06:**

Retratam o tempo de experiência do professor em todos os ensinos, incluindo a EJA; cursos de aperfeiçoamento da EJA; o que levou a atuar na EJA e as dificuldades encontradas.

Verifica-se que o tempo de experiência como professor varia de 05 a 30 anos no ensino regular e atuação na EJA varia de 02 a 10 anos, o que se torna preocupante é que em relação a curso de aperfeiçoamento os professores relatam que não puderam frequentar pelos seguintes motivos:

- falta de disponibilidade de tempo,
- falta de oportunidade,
- incompatibilidade de horário,
- porque na época ofertada encontrava-se em outra função,
- dificuldade financeira.

Já os que tiveram a oportunidade de aperfeiçoamento na Educação de Jovens e Adultos, variam de 01 curso , 02 cursos e apenas 01 professor frequentou 05 cursos.

Percebe-se que a oferta de cursos de aperfeiçoamento na EJA é bastante precária e eventual, e que o professor desenvolve seu trabalho da forma que acredita ser a melhor, sem orientação específica para este ensino.

Quanto a atuação na EJA, segue os seguintes pontos relatados pelos professores:

- ao acaso,
- convite,
- troca de experiências,
- necessidade de entender este enfoque,
- identificação com aluno - 05 professores,

- acredita ser uma clientela interessada em recuperar o que perderam - 02 professores,
- sente segurança no que faz,
- facilidade de horário,
- desconhecimento do sistema,
- porque a escola implantou a EJA,
- concurso de remoção,
- O jovem e o adulto, não importando o motivo, merecem retornar a sala de aula e serem bem "trabalhados",
- Fácil locomoção.

No que se refere as dificuldades encontradas em sua prática com a EJA, segue os seguintes relatos:

- alunos não terem hábitos de leitura,
- horários disponíveis dos alunos,
- defasagem de idade,
- dificuldades em adquirir conhecimentos,
- falta de recursos materiais,
- falta visão mais ampliada do que seja realmente a EJA,
- falta de estrutura na grade curricular,
- exige mais dedicação e atenção do professor, por estar muito tempo fora de sala de aula,
- a rapidez de repassar o conteúdo,
- falta de materiais didáticos, livros e textos,
- turmas heterogêneas, tendo que iniciar do be-a bá,
- o cansaço físico dos alunos,
- alunos indisciplinados, muitos jovens,
- dedicação do governo na EJA,
- A direção do estabelecimento,
- Rotatividade de professores,
- Sistemas de aprovação,
- Evasão escolar,

- Falta de subsídios teóricos da equipe pedagógica para trabalhar com competências e habilidades.

### **Comentários das respostas do instrumento de pesquisa:**

Constata-se que a maioria dos professores possuem formação de especialização completa, porém poucos têm cursos de aperfeiçoamento na área de Educação de Jovens e Adultos, Portanto, percebe-se que não conseguem distinguir alguns fatores característicos deste ensino, como por exemplo, discursam sobre os seguintes fatos:

- que o aluno é indisciplinado ou falta muito nas aulas (por irresponsabilidade), não levando em consideração que o aluno da EJA na maioria das vezes é o aluno que trabalha o dia todo, inclusive aos finais de semana.

- Critica a falta de recursos, mas deixa claro que só iniciou neste ensino por falta de opção. Aí , realmente não pode existir afinidade alguma, e muito menos expectativa de melhora no sistema.

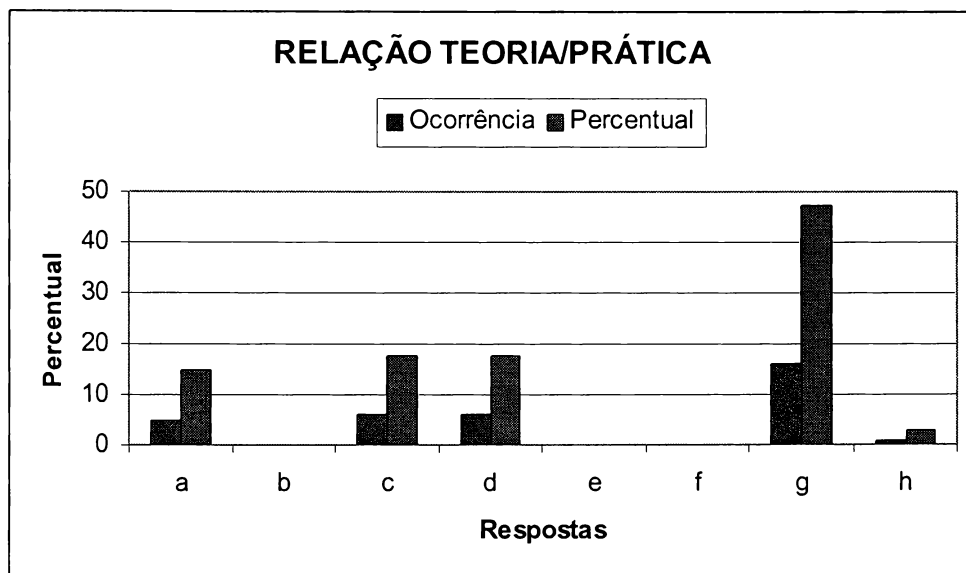
Quanto a orientação que estes docentes recebem de seus coordenadores é muito superficial, o que faz então que cada um atue da forma que acha mais conveniente.

As questões que retratam o planejamento, a avaliação, como também no que se refere à relação teoria e a prática, ficando os alunos confusos no que diz respeito aos encaminhamentos metodológicos, como também não ficou clara se os exercícios e avaliações são flexíveis a fatos ocorridos no decorrer do processo ensino-aprendizagem.

A partir deste trabalho, se faz necessário um estudo mais aperfeiçoado, quanto aos interesses do Estado em manter este ensino, tratando-o de forma mais dedicada e com enfoques específicos aos alunos trabalhadores ou alunos que não tiveram a oportunidade de estudar na

idade socialmente estabelecida como normal. Como também instrumentalizar os coordenadores e professores sobre tais características e interesses.

GRÁFICO 2: Teoria e Prática.



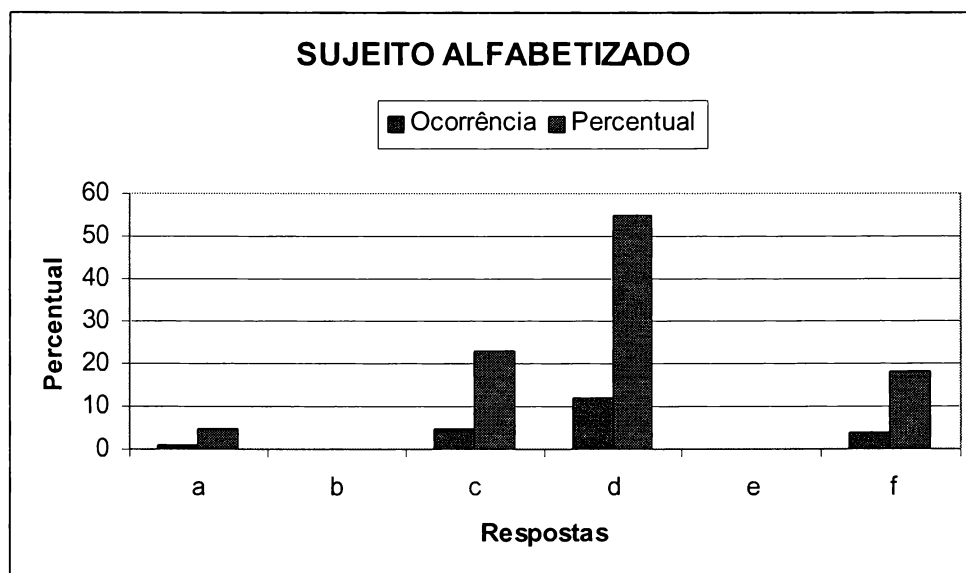
Itens respondidos:

- O aluno constrói o conhecimento.
- Ninguém ensina a ninguém.
- O bom professor é aquele que aprende com o aluno.
- O professor ensina e o aluno elabora, subjetivamente, conforme sua experiência anterior, o conteúdo que foi ensinado.
- O bom professor é aquele que não interfere na aprendizagem do aluno.
- Os alunos aprendem mais trocando experiência entre eles, do que com a participação do professor.
- Os alunos aprendem tanto com o professor, quanto trocando experiências com os colegas.
- O professor é orientador; quanto menos interferir no processo melhor.

### **Análise dos itens respondidos:**

Muitos dos professores entendem que os alunos aprendem tanto com o professor, quanto trocando experiências com os colegas. Em segundo plano entendem que o professor ensina e o aluno elabora, subjetivamente, o conteúdo que foi ensinado conforme sua experiência anterior, como também os alunos aprendem tanto com o professor, quanto trocando experiências com os colegas. Em terceiro plano o aluno constrói o conhecimento. E por último, foi citado que o bom professor é aquele que aprende com o aluno. Através desta diversidade do entendimento da relação teoria e prática da EJA, acreditamos que os alunos da EJA ficam prejudicados no que se refere aos encaminhamentos dos docentes, acarretando em dificuldades no processo ensino-aprendizagem.

GRÁFICO 3: Sujeito Alfabetizado



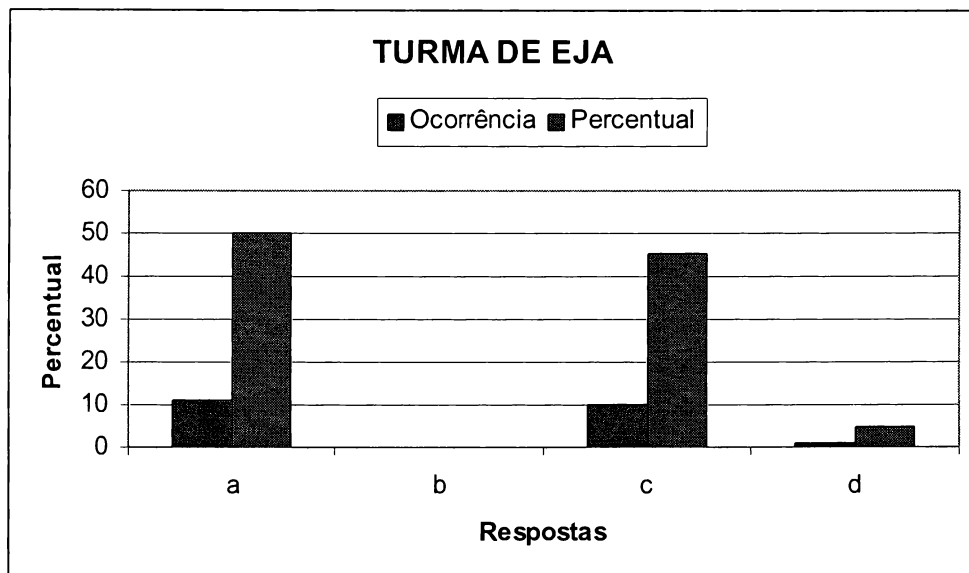
Itens respondidos:

- a) Consegue assinar o nome;
- b) Consegue ler palavras;

- c) Consegue ler e escrever uma mensagem simples ( um bilhete por exemplo);
- d) Consegue ler, interpretar e escrever um texto simples;
- e) Embora não saiba ler e escrever é capaz de " ler o mundo ;
- f) Tem senso crítico.

Alguns professores entendem que para considerar um indivíduo alfabetizado é necessário que além de saber ler, deve interpretar o texto e deve conseguir escrever um texto simples. Já outros não entendem que os alunos devem saber interpretar os textos , mas, devem ter senso crítico .

GRÁFICO 04 – início das atividades com alunos de EJA



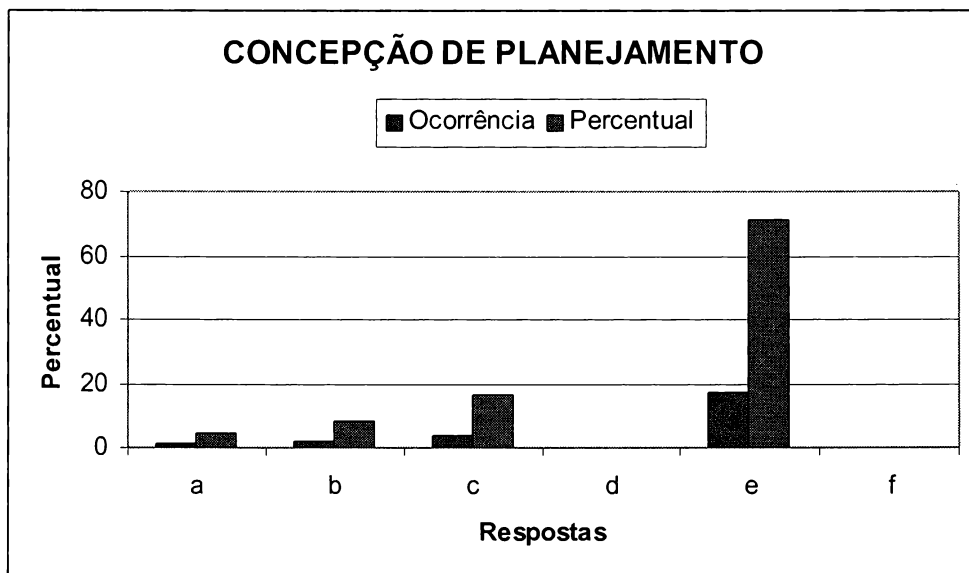
Itens respondidos:

- a) Conversa com o aluno, procura descobrir o que ela já sabe;
- b) Elabora e aplica um teste, com exercícios simples, como por exemplo identificação de letras e sílabas, leitura e escrita de palavras comuns, leitura e escrita de numerais, adição e subtração;

- c) Incluiu o aluno em algumas atividades da turma e observa sua participação e produção, registrando os resultados dessa observação em um relatório aberto;
- d) Aplica teste padronizado, sugerido pela supervisão pedagógica;

Percebe-se que muitos dos docentes que participaram da pesquisa costumam no início das atividades, conversar com seus alunos, procurando descobrir o que eles já sabem para após iniciar. Como também estimulam os alunos em algumas atividades da turma e observa sua participação e produção, registrando os resultados dessa observação para posteriormente desenvolver os conteúdos , facilitando o entendimento dos discentes.

GRÁFICO 05 – Concepções de Planejamento



Itens respondidos:

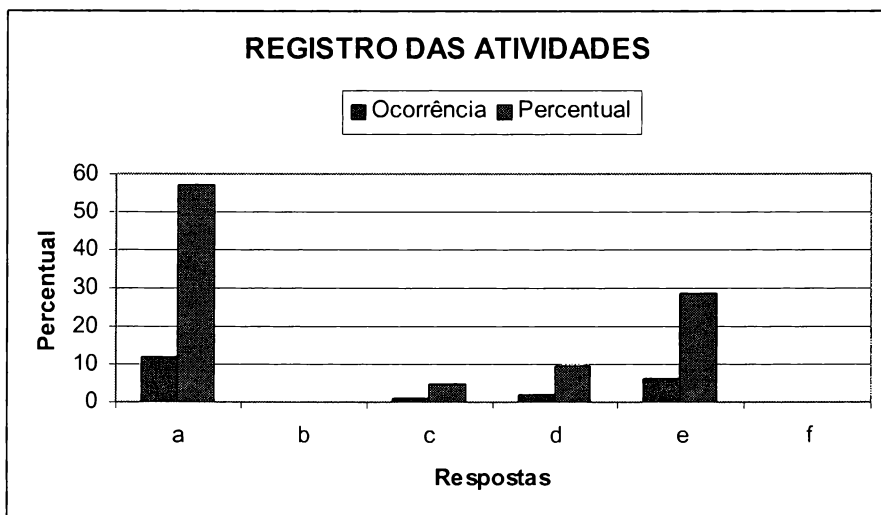
- a) Elabora em plano geral e , a partir dele, vai produzindo os planejamentos mensais ou semanais;
- b) Elabora um plano geral e , a partir dele, vai produzindo os planejamento diários;

- c) Elabora um plano detalhado, envolvendo conteúdo, estratégias, exercícios e avaliações;
- d) O planejamento é um processo de reflexão; portanto, o registro (ou plano escrito) é secundário;
- e) Elabora um plano de trabalho, mas desenvolve de forma flexível, de modo a incorporar alterações, quando algum fato se mostra mais motivador para o desenvolvimento de algum outro conteúdo ou para outra abordagem dos conteúdos programados para aquela aula;
- f) Não elabora planejamento, porque trabalha a partir de questões que os alunos apresentam em classe, no dia da aula; isto é, os conteúdos e as estratégias vão se definindo ao longo da aula e do processo.

**Análise das questões respondidas:**

Percebe-se que os docentes na sua maioria entendem que o planejamento dos conteúdos programados deva ser flexível, levando em consideração fatos que possam ocorrer durante o ensino-aprendizagem. Em segunda análise temos docentes que desenvolvem planos detalhados, com exercícios e avaliações e que não temos respostas se exercícios e avaliações são flexíveis a fatos ocorridos no decorrer do processo ensino-aprendizagem.

**GRÁFICO 06 – Registro das Atividades de Classe**



Itens respondidos:

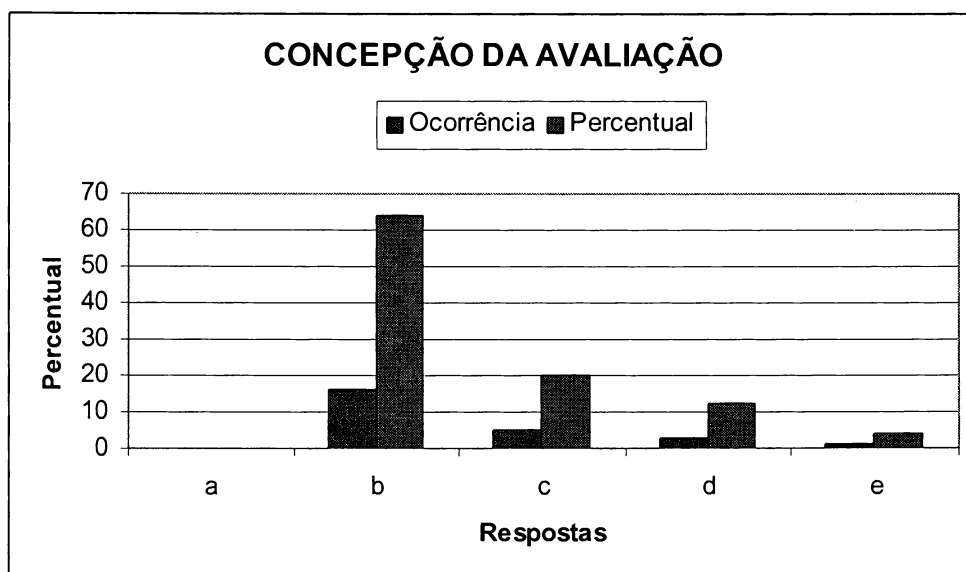
- a) Faz registro diário, bastante detalhado, com os conteúdos desenvolvidos, o aproveitamento de cada aluno e as ocorrências mais importantes;
- b) Faz registro semanal, com rol dos conteúdos desenvolvidos e as notas dos alunos;
- c) Faz e registro mensal, com rol dos conteúdos desenvolvidos e as notas dos alunos;
- d) Mantém um caderno de registro de ocorrências;
- e) Mantém uma ficha com o rol de conteúdos desenvolvidos e fichas individuais, onde registra o aproveitamento dos alunos, em cada conteúdo;
- f) Faz relatórios com questões gerais de conteúdos e aproveitamento quando acha importante

#### **Análise dos itens respondidos:**

Ainda acredita-se que o registro diário das ocorrências e conteúdos trabalhados é a forma de entender o ritmo do aluno, ou o rendimento do aluno, mas, sabemos que os registros são escritos e não mais analisados pelos docentes ou supervisores, finalizando no final do bimestre ou semestre as somas das notas, conseqüentemente o aluno se classifica dentro da média ou fora da média.

A forma mais justa de utilizar os registros seria manter registros individuais em cada conteúdo e de posse das informações resgatar o conteúdo ou raciocínio que o aluno teve dificuldades para que o mesmo possa acompanhar novos conhecimentos, e não carregar consigo a somatória das suas notas sem a certeza de que realmente apreendeu os conhecimentos.

GRÁFICO 07 – Concepção de Avaliação



Itens respondidos

- a) Não acredita em avaliação, pois seu objetivo não é rotular o aluno;
- b) Avalia para poder redefinir o trabalho pedagógico;
- c) Avalia para classificar os seus alunos, conforme o grau de aprendizagem;
- d) Na avaliação, valoriza as intenções do aluno;
- e) Na avaliação, considera que o erro é construtivo

Percebe-se que os professores preferem avaliar seus alunos para depois poder redefinir o trabalho pedagógico que deve ser participativo. O que acreditamos ser valorizar o conhecimento que o aluno já traz consigo. Mas ainda muitos professores classificam seus alunos, não valorizando as intenções dos mesmos e não considerando o erro como uma das formas de apreender os conhecimentos, o que sabemos que também é através do erro que se desenvolve metodologias para desencadear o interesse dos alunos em continuarem se engajando no ensino-aprendizagem.

A avaliação dos discentes merece um estudo mais aperfeiçoado, pois sentimos que é a grande dificuldade nesta relação de ensino-aprendizado, pois os docentes ainda não tem clareza do que é avaliar e para que avaliar, se tornando a avaliação um instrumento punitivo e não de crescimento.

A forte presença de uma concepção denominada Construtivista de ensino e aprendizagem apontada pelos professores pesquisados, nos leva a tecer considerações sobre esta perspectiva e é o assunto do terceiro capítulo deste trabalho monográfico.

## **CAPÍTULO III**

### **CONSTRUTIVISMO: POSSIBILIDADES E LIMITES**

Após análise dos questionários respondidos pelos professores atuantes em Educação de Jovens e Adultos, como também os apontamentos que se faz em torno da história da EJA e das indicações das linhas de ação para melhores encaminhamentos, se faz necessário a reflexão sobre o construtivismo indicando suas possibilidades e seus limites, considerando que:

Os princípios que recuperam encaminhamentos característicos da Escola Nova, estão disfarçados pela prática revolucionária como resultado de um vocabulário pretensamente Marxista. Esse método explicita “ do que é” e “ do como é” . Ele substitui o esforço de definição da prática educativa necessária à sociedade atual, com o intuito de que o bom exemplo dos que alcançam sucesso com novas ações pedagógicas contribuam para mudar a idéia de educadores renitentes.

Aplicar um encaminhamento sem tê-lo apreendido e compreendido em todas as consequências, será um trabalho improdutivo e prejudicial ao processo, pois o novo usado sem uma clara definição ou sem o grau de clareza exigido por determinadas faixas de interlocutores, adquirem significados superficiais e negativos, confundindo mais do que dissipando dúvidas.

Atualmente, o discurso pedagógico está marcado por uma profunda indefinição teórica, tanto na sua origem quanto na divulgação de seu encaminhamento metodológico dentro e fora da escola.

A escola deverá ver o aluno enquanto situado historicamente. Para tanto, suas práticas pedagógicas devem ter como pressuposto a realidade desse aluno, no intuito de resgatar sua totalidade, tendo como prioridade a consciência crítica a partir de constantes questionamentos, devendo desempenhar papel ativo no processo, através da valorização do conhecimento que traz ao chegar às escola, possibilitando que ele construa seu processo de conhecimento, sendo o agente, inclusive de sua própria história.

A apreensão de qualquer dado da realidade humana é dificultada pela tentativa de explicá-lo apenas pela relações internas a esse mesmo universo particular, uma vez que essa dificuldade resulta do fato de se abstrair o conjunto da relações efetivamente constituidoras dos próprios elementos pesquisados, por não terem nele a sua origem. Ou seja, a análise acaba subtraindo os determinantes da existência de uma forma de educação que se efetiva via escola. Se for assim analisado, torna-se necessária a existência de duas modalidades de ensino, sendo uma destinada à classe trabalhadora e outra, para a classe dirigente. Contudo, esse enfoque já foi amplamente criticado, por atribuir à educação o papel de reprodutora de indivíduos, enquanto pertencentes a uma classe social.

O termo realidade trata de um conjunto de realidades, englobando a realidade do aluno e outra, que não é conhecida por ele. A realidade do aluno é o ponto inicial, sendo que a conclusão será outra realidade.

As deferências sobre a marca abstrata dos conteúdos transmitidos pela escola e do estereótipo de aluno a quem se destina são

acometidos da indefinição, ficando propícias a uma compreensão fracionada sobre a realidade humana, uma vez que pretende compreender o aluno a partir da comunidade em que está inserido, tornando-a isolada de toda possibilidade de relações pelas quais se organiza a existência humana. A criança deve ser considerada em sua história individual, seu ritmo, suas potencialidades e limitações.

A crítica ao caráter fragmentado do conteúdo da escola tradicional tem gerado uma crescente preocupação com a reordenação dos conteúdos e as discussões sobre o aluno em sua totalidade tem gerado uma proposta de ação pedagógica baseada na interdisciplinaridade.

A socialização de um saber supõe um saber existente, mas isso não significa que esse saber seja estático, acabado, pois, é um saber suscetível de mudança, sendo que essa mudança dependerá do domínio sobre o mesmo pelos agentes sociais.

No ato de aprender, o aluno desempenha um papel ativo, assim como é sujeito desse acontecimento. Torna-se necessário delimitar os direitos do aluno, uma vez que ele deve ser respeitado em todas as fases de sua vida.

No construtivismo o conhecimento é algo a ser produzido, construído pelo aluno enquanto sujeito do processo de aprendizagem. No entanto, o aluno é também sujeito do conhecimento juntamente com outros sujeitos sociais que com ele produziram ou lhe transmitem o uso da língua. Com isso, seu contato com o objeto não garante sua aprendizagem, pois, torna-se necessário a intervenção dos determinantes sociais que lhe imprimem um valor.

Ocorre perda da unidade a partir da separação do código e do significado, uma vez que se relacionam mutuamente e não podem ser

utilizados separadamente, pois, a escrita tem a função de poder veicular um conteúdo numa modalidade de registro que supera os limites e tempo, impondo-se à oralidade. Percebe-se que o artificialismo não foi, de fato, superado.

A questão ensino-aprendizagem não está suficientemente clara, no construtivismo, pois, o processo de conhecimento comporta a dimensão de transmissão, assim como de construção, sendo necessária uma relação do ensino-aprendizagem entre sujeitos sociais, onde professor e aluno se identificam enquanto sujeitos de uma certa relação humana, mas, que se distinguem enquanto partes dessa mesma relação. Portanto, o ensino e a aprendizagem constituem uma relação imprescindivelmente articulada, ocorrendo que o aluno pode não aprender precisamente o que foi ensinado da maneira como foi ensinado, mas o que reteve ocorreu a partir do que foi ensinado.

É necessário compreender como se aprende, como se ensina e como se representa o que se pretende ensinar e fundar essa compreensão nos aspectos organizados sob a maneira como os homens produzem e utilizam o que está sendo ensinado, tendo em vista que a existência humana é a negação de uma essência natural, pois as características e os ritmos humanos são determinados socialmente.

Colocar o aluno em conflito cognitivo para que possa constatar a ineficiência de sua hipótese e se esforçar na busca de outras possibilidades, está distante de superar o ensino tradicional, pois nele centrava-se o professor e agora o foco central é o aluno, não tendo como base a unidade da relação professor/aluno, imprescindível na realização do processo de ensino-aprendizagem, levando a aprendizagem para um processo de ensaio e erro, ao enfatizar a descoberta individual, cerceando a efetiva interação com o professor.

A criatividade também é produzida a partir da interferência da sociedade sobre o indivíduo nela inserido.

No construtivismo, o aluno é induzido a acreditar que, desde que reproduza determinado fonema, pode utilizar a letra que quiser. Ocorre uma identificação com o ensino tradicional, pois, ambos desvinculam forma e conteúdo, tendo como consequência, um aluno capaz de idealizar pensamentos brilhantes que permanecerão presos em sua própria cabeça e, no método tradicional, um aluno que escreve corretamente um texto estereotipado. Portanto, a questão da língua metodológica deve abranger código e significado. O aluno deve ter várias tentativas de escritas, porém, deverão ser imediatamente corrigidas, para que compreenda que a língua exige para cada palavra, o uso de uma única relação.

## CONCLUSÃO

A Educação de Jovens e Adultos se inscreve no universo da chamada “Educação Popular” e, como tal, tanto pode derivar de iniciativas estatais ou particulares conservadoras ou transformadoras, porque sua substância e centralidade estão no atendimento das camadas populares.

A partir das reflexões feitas existe a necessidade de avanços, tanto no sentido da ampliação da cobertura das populações ainda marginalizadas da escolarização, quanto no de qualificar, pedagogicamente, o docente, voltado para os interesses populares.

Vale destacar que não se pode perder a oportunidade de se definir a educação de jovens e adultos como parte constitutiva do sistema regular de ensino que propicia a educação básica no sentido da prioridade de que ele deve ser alvo, com todos seus componentes estruturais, por parte das autoridades e da população.

A Educação de Jovens e Adultos trabalhadores se coloca como uma das mais estratégicas formulações para a possível transformação e no limite revolução da sociedade injusta, discriminatória, meritocrática e eletista em que vivemos.

Portanto a escola exercerá importante papel social e político quando cumprir seu objetivo primeiro que é instrumentalizar as classe

trabalhadoras, com os requisitos indispensáveis à participação na sociedade brasileira.

Baseado em pesquisa concluiu-se que o professor preocupa-se com o desenvolvimento da linguagem escrita e não com a representação de códigos, pois os educandos devem procurar acompanhar a evolução social, cultural e educacional a fim de estarem sempre atualizados.

Da mesma forma que se observa os avanços, observa-se um certo receio do professor ao traduzir sua concepção de Educação de Jovens e Adultos, prova disso se deu nas contradições expostas no instrumento de pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição Brasileira. Brasília, 1988.
- CAMPOS, Dinah M. de Souza. Psicologia e desenvolvimento humano. Petrópolis. Vozes, 1997.
- FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo : Moraes, 1980.
- GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas. 3. ed. São Paulo : Ática. 1991
- GHIRALDELLI, Jr. Paulo. O que é pedagogia? São Paulo : Brasiliense, 1991.
- GHIRALDELLI, Jr. Paulo. História da educação. 2. ed. São Paulo : Cortez, 1992.
- MATUÍ, Jiron. Construtivismo: Teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino. São Paulo : Moderna, 1995.
- PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Currículo Básico para a Escola Pública. Curitiba, 1990.
- PARANÁ, Secretaria de Assuntos Educacionais. APP - Sindicato. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1997.
- RIBEIRO, Maria Luiza. História da educação brasileira. A organização escolar. São Paulo : Moraes, 1986.
- KLEIN, Lígia Regina. Alfabetização: Quem tem medo de Ensinar? São Paulo. 4 ed. Cortez, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. CNE,2000

## ANEXO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Assinale apenas 01 alternativa

1. Qual é a sua formação?

- Mestrado completo
- Mestrado incompleto
- Especialização completa
- Especialização incompleta

Ano de conclusão: \_\_\_\_\_ área de formação: \_\_\_\_\_

2. Há quanto tempo você atua como professor?

\_\_\_\_\_ anos \_\_\_\_\_ meses

3. Qual é a sua experiência como professor da EJA?

\_\_\_\_\_ anos \_\_\_\_\_ meses

4. Possui algum curso de aperfeiçoamento referente a EJA?

( ) sim, quantos? \_\_\_\_\_

( ) não, por quê?

---

---

5. O que o levou a atuar na EJA?

---

---

6. Quais as dificuldades encontradas em sua prática com a EJA?

---

---

7. Como você entende a relação teoria e prática da EJA?

a( ) O aluno constrói o conhecimento;

b( ) Ninguém ensina a ninguém;

c( ) O bom professor é aquele que aprende com o aluno;

d( ) O professor ensina e o aluno elabora, subjetivamente, conforme sua experiência anterior, o conteúdo que foi ensinado;

e( ) O bom professor é aquele que não interfere na aprendizagem do aluno;

f( ) Os alunos aprendem mais trocando experiências entre eles, do que com a participação do professor;

g( ) Os alunos aprendem tanto com o professor, quanto trocando experiências com os colegas;

h( ) O professor é orientador, quanto menos interferir no processo melhor;

8. O que você entende por *sujeito alfabetizado*?

a( ) Consegue assinar o nome;

b( ) Consegue ler palavras;

- c( ) Consegue ler e escrever uma mensagem simples ( um bilhete por exemplo);
- d( ) Consegue ler, interpretar e escrever um texto simples;
- e( ) Embora não saiba ler e escrever é capaz de "ler o mundo";
- f( ) Tem senso crítico;

9. Quando inicia uma turma de EJA:

- a( ) Conversa com o aluno, procura descobrir o que ela já sabe;
- b( ) Elabora e aplica um teste, com exercícios simples, como por exemplo identificação de letras e sílabas, leitura e escrita de palavras comuns, leitura e escrita de numerais, adição e subtração;
- c( ) Inclui o aluno em algumas atividades da turma e observa sua participação e produção, registrando os resultados dessa observação em um relatório aberto;
- d( ) Aplica teste padronizado, sugerido pela supervisão pedagógica;

10. Qual sua concepção de *planejamento*?

- a( ) Elabora em plano geral e, a partir dele, vai produzindo os planejamentos mensais ou semanais;
- b( ) Elabora um plano geral e, a partir dele, vai produzindo os planejamentos diários;
- c( ) Elabora um plano detalhado, envolvendo conteúdo, estratégias, exercícios e avaliações;
- d( ) O planejamento é um processo de reflexão; portanto, o registro ( ou plano escrito) é secundário;
- e( ) Elabora um plano de trabalho, mas desenvolve de forma flexível, de modo a incorporar alterações, quando algum fato se mostra mais motivador para o desenvolvimento de algum outro conteúdo ou para outra abordagem dos conteúdos programados para aquela aula;
- f( ) Não elabora planejamento, porque trabalha a partir de questões que os alunos apresentam em classe, no dia da aula; isto é, os conteúdos e as estratégias vão se definindo ao longo da aula e do processo.

11. Qual é sua concepção de *registro das atividades de classe*?

- a( ) Faz registro diário, bastante detalhado, com os conteúdos desenvolvidos, o aproveitamento de cada aluno e as ocorrências mais importantes;
- b( ) Faz registro semanal, com rol dos conteúdos desenvolvidos e as notas dos alunos;
- c( ) Faz registro mensal, com rol dos conteúdos desenvolvidos e as notas dos alunos;
- d( ) Mantém um caderno de registro de ocorrências;
- e( ) Mantém um ficha com o rol de conteúdos desenvolvidos e fichas individuais, onde registra o aproveitamento dos alunos, em cada conteúdo;
- f( ) Faz relatórios com questões gerais de conteúdos e aproveitamento quando acha importante;

12. Qual sua concepção de *avaliação*?

- a( ) Não acredita em avaliação, pois seu objetivo não é rotular o aluno;
- b( ) Avalia para poder redefinir o trabalho pedagógico;
- c( ) Avalia para classificar os seus alunos, conforme o grau de aprendizagem;
- d( ) Na avaliação, valoriza as intenções do aluno;
- e( ) Na avaliação, considera que o erro é construtivo.